

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO. Nº 01, DE 2007

Dispõe sobre doenças relacionadas ao trabalho no serviço público, inclui a Neoplasia Maligna de Pele e dá outras providências.

Autor: Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário no Estado de Sergipe - SINDISERJ

Relator: Deputado EDUARDO AMORIM

I - RELATÓRIO

A sugestão epigrafada está consubstanciada em anteprojeto de lei complementar anexo ao Ofício firmado pelo Presidente da entidade sindical supra nominada.

Segundo a justificativa constante da minuta, a proposta pretende classificar a Neoplasia Maligna de Pele como doença grave, ante a ausência de lei específica à esse respeito.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, verifica-se que a sugestão tem por objetivo básico a classificação da Neoplasia Maligna de Pele como doença relacionada ao



386A808D00

trabalho no serviço público e a instituição de adicional de insalubridade para o servidor afetado pela doença.

Ocorre que o regramento legal vigente já contempla o objeto da proposição em análise, pois a Neoplasia Maligna de Pele já é considerada como doença grave, por ser espécie daquela disposta no art. 186, §1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, à seguir reproduzido:

*“§ 1º Consideram-se **doenças graves**, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, **neoplasia maligna**, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.”*

Ressalte-se que a proposta não dispõe diretamente sobre aposentadoria, o que, à princípio, contradiz com o previsto no citado diploma legal. Se a neoplasia maligna enseja a aposentadoria por invalidez, não há porque a instituição de adicional de insalubridade, haja vista que trata-se de vantagem pecuniária, de natureza temporária, em razão do seu pagamento decorrer do local em que o trabalho é desenvolvido.

Verifica-se, ainda, que a proposição carece de constitucionalidade, por conter vício de iniciativa. A Constituição Federal, nos termos do art. 61, §1º, reserva ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa legiferante da proposta em epígrafe:

“Art. 61.



§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II - disponham sobre:

.....

c) servidores públicos da União e Territórios, seu **regime jurídico**, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

.....”

É inequívoca a aplicabilidade da norma citada à espécie, conforme se constata da leitura do seguinte trecho do voto vencedor proferido pelo Ministro Celso de Mello, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade – Medida Cautelar nº766-1/RS (D.J. 27.05.1994):

“Não se pode perder de perspectiva, neste ponto – e especialmente no que concerne ao sentido da **locução constitucional regime jurídico dos servidores públicos** –, que esta expressão exterioriza o conjunto de normas que disciplinam os diversos aspectos das relações, estatutárias ou contratuais, mantidas pelo Estado com os seus agentes.

Trata-se, em essência, de noção que, em virtude de sua abrangência conceitual, compreende todas as regras pertinentes (...) **(h) aos direitos e às vantagens de ordem pecuniária**; (...) **(l) às férias, licenças em geral, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria**; (...)”



Ademais, incorre em inconstitucionalidade material por ameaça à autonomia dos entes federativos (CF, art. 18, caput).

Em suma, a proposta sob comento, além de incorrer em inconstitucionalidade formal e material, não contribui para o aperfeiçoamento da legislação vigente, haja vista o regramento legal já contemplar o objeto proposto.

Pelo exposto, voto pela rejeição da Sugestão nº 01, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado EDUARDO AMORIM
Relator



386A808D00

ArquivoTempV.doc



386A808D00